

**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

Gláucia Elisa Mardegan

A origem do município de Leme-SP, e uma breve análise da sua
dinâmica populacional nos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010.

Campinas, 2013

**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

Gláucia Elisa Mardegan

A origem do município de Leme-SP, e uma breve análise da sua dinâmica populacional nos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010.

Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do Bacharelado em Geografia.

Orientador: Profa. Dra. Regina Célia de Oliveira.

Campinas, 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, meus pais Berto e Cida, por acreditar na minha pessoa, incentivarem na busca do conhecimento, pela paciência gigantesca nos finais de semestre, pelas longas ligações de telefone durante a graduação para ouvir as reclamações, os choros e principalmente por me apoiar sempre em todas minhas escolhas.

À minha orientadora e professora Regina Célia de Oliveira, pelo apoio inestimável, pela paciência, por me orientar e compartilhar seu conhecimento.

Agradeço a Giovana Pereira, que ajudou na busca de texto para entender e adicionar maiores informações sobre a demografia.

Agradeço ao Fabiano Moreira pela ótima ajuda, na revisão ortográfica e nas dicas para a correções do texto final da monografia.

Agradeço ao Eduardo pelo apoio, ajuda oferecida, pelo companheirismo, amizade, cumplicidade e carinho.

Aos meus adoráveis amigos, que iluminaram a minha vida e me acompanharam nessa caminhada me enchendo de amor, alegrias, em especial ao grupo que me fez conhecer como é uma amizade fraternal, o G7: André, Beatriz, Flávia, Flávio, Gabi e Luis. Agradeço também as meninas da republica Maria Bonita pela companhia, risadas e boas conversas, pelo apoio e força sempre que necessário.

Agradeço de coração por tudo.

“O mais importante de tudo é nunca deixar de se perguntar. A curiosidade tem sua própria razão de existir”

Albert Einstein

SUMÁRIO

Resumo

1. Introdução	9
2. Hipóteses	11
3. Objetivos	11
3.1. Objetivos específicos	11
4. Metodologia	11
5. Caracterização e localização da Área de estudo	12
6. Resultados e discussões	13
6.1. As transformações do espaço nas terras interioranas do Estado de São Paulo	13
6.2. O município de Leme: Histórico de ocupação e desenvolvimento econômico	20
6.3. As transformações no espaço rural – urbano	24
7. A demografia na análise das transformações populacionais	28
7.1. Caracterização da composição etária da população do município	31
7.1.1. Pirâmide etária dos anos de 1980, 1990, 2000, 2010.	32
7.1.2 Razão de dependência	37
8. Considerações Finais	40
9. Referências Bibliográficas	42

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1.	12
Localização da área de estudo, Município de Leme – SP. (IBGE, 2013)	
Gráfico 1	27
Grau de Urbanização do Município de Leme-SP no período de 1980 a 2010. SEADE (2013)	
Gráfico 2	28
Grau de Urbanização do Estado de São Paulo X Município de Leme-SP no período de 1980 a 2010. SEADE (2013)	
Gráfico 3.....	32
Pirâmide etária do município de Leme-SP, do ano de 1980. SEADE (2013)	
Gráfico 4.....	33
Pirâmide etária do município de Leme-SP, do ano de 1990. SEADE (2013)	
Gráfico 5.....	34
Pirâmide etária do município de Leme-SP, do ano de 2000. SEADE (2013)	
Gráfico 6.....	35
Pirâmide etária do município de Leme-SP, do ano de 2010. SEADE (2013)	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	23
População – Leme (urbana e rural). Fonte: SEADE (2013)	
Tabela 2.	37
Razão de Dependência – Estado de São Paulo e Município de Leme. Fonte: SEADE (2013)	

RESUMO

A expansão urbana no Brasil durante o período das décadas de 1940 a 1970, devido a vários motivos, dentre eles a política de incentivo do governo federal à organização do espaço urbano e fundamentalmente na alteração da dinâmica de organização do espaço rural com o desenvolvimento industrial, resultou na alteração significativa e ocupação da terra. Porém, alguns municípios não presenciaram de forma intensa, mas processual, essas alterações relacionadas à industrialização, que passam a ser assistidas de forma contínua resultando nas reformulações dos espaços e revelando em diversos níveis de impactos. O município de Leme, objeto de estudo dessa pesquisa, embora tenha assistido um desenvolvimento industrial importante, não se consolidou este como mantenedor da economia, sendo até os dias atuais o setor rural, baseado na monocultura canavieira, o mais importante meio dos recursos econômicos. O histórico dos diferentes estágios de desenvolvimento das atividades agrícolas pautadas hoje na agricultura canavieira constitui o responsável pela manutenção econômica ao longo dos anos do município, passam a definir o desenvolvimento das atividades urbanas. A sua população tornou-se praticamente toda urbana, apesar de uma parte desta trabalhar o meio rural. A pirâmide etária da população esta começando a apresentar características de regiões desenvolvidas, com uma base menor e o seu topo mais largo, a razão de dependência da população idosa também esta aumentando no transcorrer dos anos, mostrando que o perfil da população do município de Leme está se alterando, este estudo chegou nestes resultados através da análise da dinâmica populacional das ultimas quatro décadas (1980, 1990, 2002 e 2010), através da análise das pirâmides etárias da população e da razão de dependência de idosos e jovens.

Palavras chaves: Ferrovia, dinâmica demográfica, Leme-SP.

INTRODUÇÃO

A análise de desenvolvimento nos remete a considerar certo “equilíbrio” entre as formas de apropriação, organização e exploração, seja do espaço fragmentado em urbano e rural seja na visão do conjunto. Contudo, ao considerarmos as experiências históricas de países em que a apropriação e exploração do território se fazem em períodos e formas diferentes, é notório o desequilíbrio de organização materializado em diversos níveis de impactos econômicos, sociais e ambientais.

Admite-se que o meio natural é o substrato em que as atividades humanas respondem pela organização do espaço, conforme os padrões econômicos. (Caseti, 1995). O processo de ocupação reflete as diferenciações espaciais no sistema de produção capitalista: o espaço não é algo indiferenciado, mas segmentado, dependendo de seu valor econômico, forma de domínio e significado político e social. (Caseti, 1995)

A divisão econômica social do espaço no seio da cidade repousa sobre uma primeira divisão radical: cidades e campos. Este corte estrutural é globalmente determinado historicamente, tanto pelo nível das forças produtivas (capacidade de alimentar os cidadãos), quanto pelas relações de produção (a necessidade das classes dominantes que os produtos estejam aqui ou lá). Quanto a seus limites precisos, geográficos, eles são a todo o momento fixado, material (sistema viário) e administrativamente (perímetros urbanos). (Lipietz, 1982)

O homem do campo, exemplo brasileiro, em sua grande maioria, está desarmado diante de uma economia cada vez mais modernizada, concentrada e desalmada, incapaz de premunir contra as vacilações da natureza, de se armar para acompanhar os progressos técnicos e de se defender contra as oscilações dos preços externos e internos e a ganância dos intermediários. (Santos, 1998). E esta fragilidade do homem do campo, acaba trazendo fortes transformações tanto para o setor rural quanto ao urbano.

Grande parte da população rural acaba se mudando para perímetros urbanos, para procurar novas fontes de renda, e isto faz com que eles acabem aceitando esta nova situação ou em nome da segurança individual ou da família e da promoção social. Sendo a habitação vendida como um papel social, não importando o valor do material da construção, mas sim o local, onde esta fica localizada, seio da divisão social do espaço. Estes processos de urbanização são determinados muitas vezes pelas oportunidades de emprego e a tendência crescente do êxodo rural. A habitação ocupa um lugar importante no ciclo de rotação do capital, tanto privado quanto social: é uma componente decisiva do famoso “consumo social médio” que fixa o valor da força de trabalho, (Lipietz, 1982)

A população agrícola torna-se maior que a rural exatamente por parte da população agrícola formada por trabalhadores do campo estacionais (os boias-frias) é urbana por residir no meio urbano. (Santos, 2005) Para muitos deixar de morar na zona rural não lhe trouxe nenhum benefício,

pois como não estavam capacitados devido às necessidades do mercado exigente urbano, acabam trabalhando para grandes proprietários, a população agrícola cresce mais do que a rural e em que a população agrícola praticamente começa o seu descenso na maior parte das regiões. (Santo, 2005)

O Município de Leme também não difere este processo, o êxodo rural está presente, além da presença de migrantes que chegam à cidade para trabalhar na safra de monoculturas, tais como cana-de-açúcar e outros produtos agrícolas. Este fato vem acontecendo no município desde a década de 1940 aproximadamente e toda esta movimentação de população gera uma urbanização desorganizada e mal planejada na área do município.

Na zona rural a presença da agricultura familiar está quase extinta, são poucas as famílias que ainda permanecem morando no meio rural, este êxodo vem acontecendo há várias décadas, motivos diversos, tais como, falência econômica, falta de segurança, status entre outros.

Mas o município não se vê preparado para atender a crescente alteração do meio rural para o urbano, sobretudo no que concerne a equipamento urbano e infraestrutura básica resultante em sua segregação espacial. Observa-se hoje uma forte presença de plantio de monoculturas, tais como cana-de-açúcar. No campo este processo está igualmente marcado pela industrialização da agricultura, ou seja, pelo desenvolvimento da agricultura capitalista que abriu a possibilidade histórica aos proprietários de terras ou aos capitalistas/prorietários de terra para a apropriação da renda capitalista da terra, quer na sua forma diferencial e/ou absoluta. Está marcado, pois, pelo processo de territorialização do capital, sobretudo dos monopólios. (Christofoletti, 1998)

Essas modificações tanto no meio urbano como no rural do município acabam alterando o uso do solo local e também trazendo novas ocupações. Uma vez o processo amarrado, a socialização do trabalho atrai esta concentração geográfica: a cidade é o terreno de eleições dos efeitos externos. (Lipietz, 1982)

Dessa forma, faz-se necessário um estudo que analise a relação das mudanças da população da área rural para a área urbana, como esta população está se modificando deixando de apresentar uma característica de uma pirâmide com particularidades de uma população jovem para uma população que esta envelhecendo.

A área de estudo, o município de Leme, localizado na quinta Região Administrativa do estado de São Paulo, na qual a sede é a cidade de Campinas, teve sua origem no processo cafeeiro, que predominou no estado paulista no século XVIII.

A presença de migrantes no município sempre foi muito intensa e importante para a economia local, principalmente para mão de obra que foi e ainda é muito utilizada na agricultura, sendo este o principal fator econômico. Sua população possui pouco significado na participação total do estado de São Paulo, de desenvolvimento econômico e populacional.

Atualmente, a pirâmide etária deste município está com característica de uma população

mais idosa, mostrando que este município, de certo modo, acompanha a dinâmica populacional que a população do estado de São Paulo também apresenta, devido à presença de determinadas características em ambos.

HIPÓTESES

Este estudo tem como hipóteses:

Os fatores históricos demonstram a origem de determinado local e a formação da sua população, sendo esta urbana e rural. Um município com origem na agricultura e tendo esta atividade como base econômica pode apresentar características do seu estado. Sua população pode apresentar a mesma dinâmica e característica deste estado.

OBJETIVOS

Estudo sobre a alteração da população, o êxodo desta da área rural para a urbana e as suas modificações no transcorrer dos anos, da população do Município de Leme – SP, junto com uma construção histórica da origem e formação deste município. Será feito uma análise da dinâmica populacional das décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Caracterização: alteração das pirâmides etárias nos anos de 1980, 1990, 2000, 2010 e como essas mudanças acabaram influenciando nos fatores da razão de dependência.

METODOLOGIA

O desenvolvimento deste trabalho consistiu inicialmente na construção histórica da origem das ferrovias do estado de São Paulo para ilustrar o papel da ferrovia e como esta foi importante na origem das cidades paulistas, sendo consultado principalmente o acervo das bibliotecas dos Instituto de Geociência e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, e trabalhos que abordam eventos sobre alterações populacionais, tais como o êxodo rural, análise de pirâmides etárias, razão de dependência, oriundos de periódicos disponíveis na internet.

Esta pesquisa baseia-se na abordagem investigativa considerando o inventário histórico como norteador das argumentações quanto às fases de desenvolvimento econômico ostentado pela

área de estudo possibilitando atender os objetivos propostos.

Foram realizadas pesquisas nos acervos da Biblioteca Municipal de Leme “Prof. Carolina de Moura Hildebrand”, no Museu Histórico “Prof. Celso Zoega de Taboas” e na Casa da Agricultura de Leme.

E também foram realizadas entrevistas com antigos moradores do município e antigos funcionários da Casa da Agricultura, que contribuíram no entendimento da dinâmica de expansão da cidade no contexto histórico mais recente.

LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

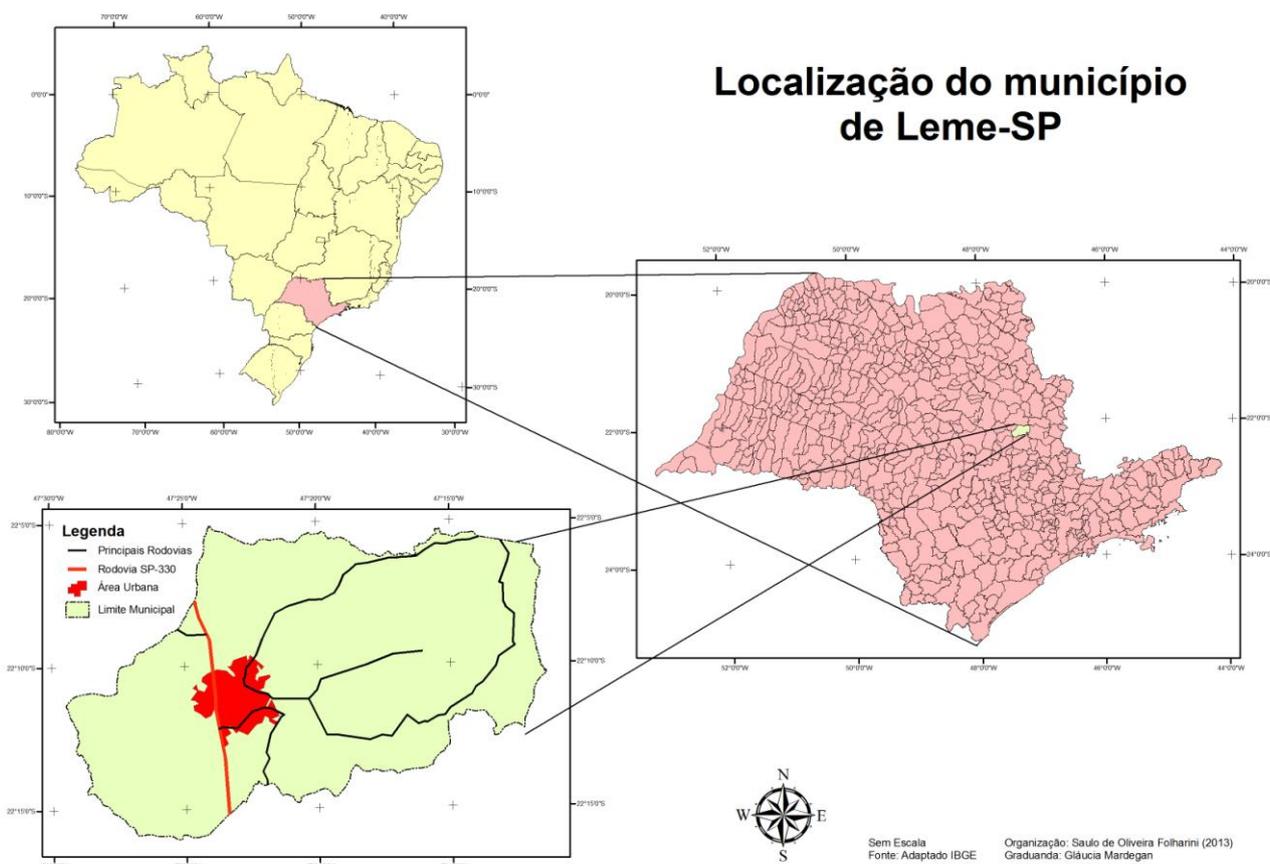


Figura 1. Localização da área de estudo, Município de Leme – SP.

Fonte: IBGE (2013), organizado por Saulo de Oliveira Folharini

A área de estudo está localizada na quinta Região Administrativa do Estado de São Paulo, na qual a sede é Campinas, estando na latitude $22^{\circ}11'08''$ sul e a na longitude $47^{\circ}23'25''$ oeste, com uma área de 403,1 Km² e está localizada na bacia hidrográfica do Rio Mogi Guaçu, situada no centro-leste do Estado de São Paulo.

Sua população é de 91.804 habitantes, segundo o Censo (IBGE) 2013, e faz limite com os

seguintes municípios: Ao norte: Santa Cruz da Conceição e Pirassununga; a leste: Mogi Guaçu; ao Sul: Araras; a Oeste: Corumbataí e Rio Claro.

O município tem a sua economia baseada na agricultura e na indústria, no setor agrícola, em que predominam as culturas de cana-de-açúcar, laranja, e milho. Já o setor industrial é bem mais variado, com a produção nas áreas de alimentos, máquinas, cerâmicas, plástico, telhas e fibrocimento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO NAS TERRAS INTERIORANAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O estado de São Paulo teve sua maior expansão a partir do século XIX com a presença dos bandeirantes, mas sua maior explosão econômica e populacional teve -se a partir da introdução da lavoura cafeeira, trazendo primeiramente a mão de obra escrava e depois a introdução do emigrante europeu que veio tornar-se mão de obra para a os cafezais depois da abolição¹.

Para Milliet (1982) a economia paulista no fim do século XIX e início do século XX é notória. As lavras já estavam esgotadas e a emigração para as minas já cessavam e os bandeirantes desiludidos, sem saberem o que poderiam fazer, voltavam-se para a agricultura. O café ainda nem era cogitado como uma nova cultura para a região e o comércio da capitania era insignificante.

No entanto, devido às grandes plantações de café no Rio de Janeiro, Angra dos Reis e Parati, o café adentrou o Estado de São Paulo por Ubatuba e em pouco tempo o vale do rio Paraíba tornou-se uma grande região produtora da lavoura no Brasil. As características contidas na região eram perfeitas, tais como altitude e clima, para o desenvolvimento desta lavoura (Milliet, 1982).

Mas, devido às técnicas precárias de cultivo e a ausência de orientação para o manejo do solo, áreas com declive acentuado e total descuido quanto à preservação do solo suscitou na ocorrência de intensos processos erosivos, comprometendo a estabilidade de erosão. As terras esgotaram-se rapidamente, decaindo bruscamente a produção, e junto com as dificuldades impostas

¹ Fonte: Historia do Estado de São Paulo. Disponível em:<<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-historia.php>>. Acessado em 19 de maio de 2013.

pelo regime escravocrata, este vinha já recebendo vários abalos, obrigou a cultura cafeeira migrar para outras regiões, tais como o oeste da província de São Paulo, concentrado em Campinas, Itu, Rio Claro, Porto Ferreira e estendendo até a região de Ribeirão Preto (MENEZES, 2009).

Consoante Holloway (1984), o período de 1880 até a década de 1930 foi, portanto, a época em que o oeste de São Paulo predominou entre as áreas produtoras de café do mundo, sendo que isto aconteceu em um período histórico e geograficamente distinto da era anterior do Vale do Paraíba.

De acordo com Matos (1981):

o café na sua “marcha”, ou no seu “roteiro”, marcaria a fisionomia paulista. Na sua itinerância, cansaria terras, abandonaria regiões, mataria cidades. Faria conjugar verbos no passado, como lembrou Monteiro Lobato em deliciosa crônica sobre as “cidades mortas”, as cidades que viviam do café e que morreram quando ele, na sua trajetória, procurou outras regiões. Mas, por outro lado, provocaria regiões novas, abriria zonas pioneiras, plantaria um rol de cidades vivas, durante muito vão viver do café, e as quais, quando eles , sempre na sua itinerância, procurarão outros embasamentos econômicos (Matos, 1981).

O município de Campinas tornou-se o grande polo produtor do país, as culturas de café estendiam em largas superfícies constantes que cobriram a paisagem a perder de vista, que devido ao seu relevo, pôde compor os célebres “mares de café”. Nesta região os cafezais não sofreram tanto com os problemas de solo, devido à geomorfologia desta região, que é mais plana (SILVA, 2011).

Nas proximidades dos municípios São Carlos do Pinhal, atual cidade de São Carlos, e Ribeirão Preto, serão encontradas as áreas mais propícias para o cultivo desta cultura, terras roxas, virgens e férteis, onde serão localizadas as maiores e mais produtivas fazendas de café do estado (LOPES, 2013).

A migração da cultura cafeeira para o oeste Paulista provoca mudanças econômicas, estruturais e sociais na província. Mostrando quanto o café foi importante para remodelar a estrutura do estado paulista e do país.

O transporte da produção das fazendas cafeeiras era feito primeiramente pelos escravos, que sobrecarregavam nas costas, ombros e cabeças, sendo aqueles carregadores alugados, quando em áreas não muito longínquas. Os muares eram utilizados em áreas mais extensas, este meio foi utilizado durante um considerável período, dando origem a um sistema de transporte, comércio e até mesmo para um segmento social (Milliet, 1982).

Cada vez a produção da cultura aumentava e era necessário ter um meio de transporte mais rápido e prático para o escoamento desta. Surge a necessidade da construção de estradas de ferro,

como o Estado do Rio de Janeiro apresentava, pois para a época era a opção mais viável financeiramente e tecnologicamente. A estrada de ferro oferecia várias qualidades, tais como, segurança, funcionalidade, eficiência, rapidez, menores custos de frete, menos risco para a deterioração dos produtos e ampla capacidade em comportar um grande volume de carga.

Atrás do café e por ocasiões a sua frente, acabam penetrando as ferrovias no estado paulista. E junto com as ferrovias surgem o desmembramentos de novos municípios, tornando o café a “matriz” do sistema urbano do Estado de São Paulo (Negri, 1988).

Dois avanços tecnológicos inter-relacionados do século XIX auxiliaram a expansão do café, os navios a vapor e as estradas de ferros (Holloway, 1984). Os navios levavam café para os mercados indispensáveis e traziam trabalhadores e as estradas de ferros ligavam o interior a costa.

Em função do complexo cafeeiro, é necessário montar uma estrutura para poder atender as necessidades deste elemento importante da economia paulista baseada na agroexportação. Surge o papel da cidade para oferecer armazenamento, maquinários para benefícios e classificação do café, estrutura comercial, manufatureira, creditícia e serviços em geral.

É preciso montar toda uma infra-estrutura viária, manufatureira, creditícia, comercial e de serviços em geral [...]. Assim, a cidade surge como pré-requisito para a colonização, oferecendo armazenamento, máquina para beneficiar e classificar o café, descaroçar o algodão e descascar o arroz, despacho, compradores e bancos, comércio subsidiário, etc. Completa-se o equipamento urbano com a igreja, escola, farmácia, assistência médica, centros de lazer, repartições públicas, etc. A cidade insere-se, assim, numa estrutura agrária (LAPA, 1987, p. 48).

O meio de transporte foi incentivado pela cultura cafeeira, alastrando pelo interior da província e tendo o produto colhido ser colocado no porto de embarque para o exterior, foi aí que chamou-se a atenção dos cafeicultores para a estrada de ferro (Camargo, 1952).

A ferrovia é um grande marco da modernidade, ela não só favoreceu os meios de circulação e escoamento da produção agrícola, como consolidou a inserção do país no modo de produção capitalista (MIRA, 2006).

O desenvolvimento da malha urbana paulista esta vinculada com a existência da cafeicultura no estado, que para o escoamento dos grãos, necessitou de um meio de transporte rápido e eficaz, sendo a ferrovia naquele período há melhor opção e através da implantação desta, surge os vilarejos e pequenas comunidades, que futuramente se tornaram às novas cidades paulistas.

Torna-se o café o principal fator de urbanização, desenvolvimento e modernização do Estado de São Paulo e do país, trazendo consigo, a ferrovia, a cidade, os emigrantes e uma nova característica para o interior do Estado de São Paulo.

Segundo Milliet (1982), o avanço do café pelo estado paulista tem duas determinantes

principais: evitar a linha do trópico e demandar as grandes florestas de terra virgem e fértil. Sendo o oeste o ponto essencial do agricultor, que vem se instalando nas primeiras fazendas ainda contribuintes das estradas de ferro paulistas.

No entanto, Holloway (1984) disserta que o clima, tipos de solo, características topográficas, distâncias, vias de transporte, tudo isso acabou influenciando a cronologia e o padrão de povoamento em áreas de fronteiras.

O período do ciclo do café foi marcado por grandes propriedades monoculturais que tiveram mão de obra escrava e que mais tarde foram substituídas por trabalhadores assalariados e colonos.

No mesmo momento em que a produção na zona central triplica, se inicia o desbravamento das regiões da Mojiana e da Paulista. A abolição que foi decretada em 1888, acaba ajudando no aumento da imigração.

Na zona central a produção de café se desenvolveu a partir de 1836, sendo localizadas em núcleos já existentes, adjacentes as poucas vias de comunicação existentes. Mas com grande vantagem as demais regiões, pois tem terras de boa qualidade, apropriada para a cultura do café (Milliet, 1982).

Vindo o açúcar logo adiante e depois o algodão, para conservar o um elevado nível de progresso, mas com exceção das regiões vizinhas a capital, cujas terras não tinham valor, o que ocasionou o fenômeno das cidades mortas. Regiões como de Campinas não sofreram nem mesmo com a abertura do sertão (Lapa, 1982).

Acontece a instalação de pequenas propriedades, com a imigração dos latifundiários para regiões de terras virgens, dando lugar para novas culturas, como por exemplo, da fruticultura. Grandes fábricas acabam se instalando, o comércio cresce, trazendo para a região um desenvolvimento econômico e demográfico.

Nas regiões da Mojiana e Paulista ao mesmo tempo em que a cultura de café invade ambas as zonas e progredia nelas em ritmos idênticos. No entanto, foi somente na Paulista que se teve um leve atraso, porém depois da chegada dos imigrantes é que se teve um pleno desenvolvimento.

Franco (1984) afirma que:

Na virada do século XIX para o XX, quando abolida a escravidão, embora houvesse um potencial grande de mão de obra livre, este não fora totalmente expropriado e não sofria pressões econômicas suficientes para transformar-se em força de trabalho assalariada. O fazendeiro voltou-se, pois, para o exterior em busca dos braços de que necessitava (FRANCO, 1984, p. 190).

Nas regiões da Mojiana e a Paulista, a decadência do café não teve por consequência o abandono das terras, como na região norte, mas o ensaio sobre outras culturas substitutivas, como a

cultura de algodão e citricultura. E eram as zonas que mais aproveitaram a mão de obra dos imigrantes.

Estimulada pela demanda das cidades em crescimento e pela primeira guerra mundial, houve um acréscimo na plantação de diversidade agrícola, ocasionada pela falta de determinados elementos importantes para a população, tais como; milho, arroz e feijão.

Segundo Milliet (1982), o estado paulista era o maior produtor de algodão por volta do ano de 1919, sendo assim o responsável pela matéria-prima para a indústria têxtil que estava a florando. E a combinação café e algodão, com maior proeminência no café, ajudaram muitos fazendeiros a se salvarem das ruínas no ano de 1918 depois de uma grande geada que assolou as plantações de café.

Lapa (1987) defende que depois da crise de 1929 ocorreu uma grande alteração na forma de ocupação do solo e na estrutura fundiária. Os fazendeiros venderam suas propriedades ou entregaram aos credores, ocorreu à fragmentação das grandes propriedades, surgindo em seus lugares sítios, que trabalhavam os proprietários (família de sítiantes) e os meeiros (plantavam em terra alheias e repartiam a produção com o dono da terra).

Ocorreu uma retração demográfica e econômica destas áreas que foram acompanhadas pela divisão das antigas propriedades de cafeiculturas, aumentando, ao mesmo tempo, a área de cultivada, em especial de cereais, algodão e cana-de-açúcar (CAMARGO, 1952).

Para Milliet (1982) as zonas novas como a Sorocabana e Araraquarense tiveram o maior vulto de produção de café em 1935, em plena crise. Sendo os dados referentes ao algodão insignificantes, a cultura de cana de açúcar e as culturas de cereais foram abandonadas, por causa do baixo lucro.

De acordo com Lapa (1987), depois do ano de 1937 foi possível considerar a cultura de algodão como o milagre da salvação da economia paulista, dando um novo impulso progressista, tornando-se o ponto de equilíbrio do setor econômico, por razoável período durador, no desenvolvimento do estado de São Paulo

Segundo Lapa (1987), entre os períodos de 1870-1880 o café passou a ser o produto de maior participação na exportação brasileira, este período áureo do ciclo do café durou até 1930. Porém, sua crise começa a partir do ano de 1920, com a elevada e descontrolada produção, já havia uma série de falências e concordatas antes da quebra de Wall Street em outubro de 1929.

Em 1929, os fazendeiros ainda estavam vendendo a produção de 1927, sendo que toda a produção de 1928 estava estocada nos armazéns do Instituto do Café, que foi criado para amparar financeiramente os fazendeiros paulista com assistência do governo federal.²

O governo federal pretendia emprestar dinheiro, para que o Instituto do Café ajudasse os

² As datas feitas de referência na construção desta frase foram obtidas no site <<http://www.cicbr.org.br/cafe-historia.php>>

fazendeiros, mas o governo americano recusou o empréstimo, pois não havia dinheiro disponível para empréstimo externo. O banco do Estado de São Paulo consegue um empréstimo da Schoroeder and Company, para poder financiar o Instituto do Café de São Paulo, para que este tentasse evitar a “quebradeira” dos fazendeiros.

Com o *crack* da Bolsa de Nova York no ano de 1929 houve a queda no preço internacional do café, que continuou em queda até o ano de 1931.³

No Brasil, as notícias de falência de fazendeiros foram muito comum, muito café foi queimado, pois o alto custo da estocagem não compensava e os grandes fazendeiros naufragavam em dívidas.⁴

A partir da década de trinta, o país começa se industrializar, como o trabalho no campo era duro a mecanização já ocasionava perdas de postos de trabalho e depois da crise do café este não tinha mais o mesmo peso para poder comandar a economia, os trabalhadores rurais foram atraídos para as cidades com a finalidade de trabalhar na indústria que estava começando a crescer. Este êxodo rural e a afluência de imigrantes espontâneos acarretaram o aumento de forma muito significativa do número de pessoas saindo do meio rural e indo para os centros urbanos, ocasionando o fenômeno da urbanização (Costa, 2007).

A cidade proporcionava um campo acessível ao artesanato, ao comércio de ruas, às fabriquetas de fundo de quintal, aos construtores autodenominados de mestres italianos, aos profissionais liberais e era admissível empregar-se nas fábricas nascentes ou nos serviços domésticos.

Para Milliet (1982) o início da indústria no país tem início em meados do século XIX, com poucas fábricas destinadas principalmente à produção de tecidos de algodão de baixa qualidade, destinados para o consumo da população mais carente e para os escravos.

Os avanços tímidos da indústria só tiveram chances em momentos de crises do café, significa que eram nestes momentos em que os fazendeiros desviavam seus investimentos para o setor manufatureiro e industrial. O volume do capital acumulado na agricultura conduz-se para a indústria, partindo não de uma empresa, mas sim, do fazendeiro-empresário (Lapa, 1987).

A indústria vai também aos pouco penetrando nas regiões mais favoráveis para seu desenvolvimento e a redistribuição das terras acontece por meio das vendas dos lotes de grandes latifúndios que o café não consegue manter mais (Milliet, 1982).

O setor industrial tem intensa dependência em relação ao setor cafeeiro, pois este criou uma infraestrutura de crédito, comércio, transportes e comunicações que foi utilizada na indústria e ainda oferece o capital financeiro, que foi gerado pelo seu próprio processo de acumulação.

³ Idem, item 2.

⁴ Idem, item 2.

Monbeig (1984) destaca que:

Mede-se a progressão da cidade por transformações menos ruidosas, porém duráveis. Grande passo é dado com a instalação de estabelecimentos industriais. Os primeiros a instalar-se são as serrarias, rapidamente seguidas pelas máquinas de despolpar café, descascar arroz e descaroçar algodão. Ligam-se todas essas indústrias à produção rural, e a presença delas robustece tanto mais a solidariedade da cidade com o campo quanto os donos das máquinas são ao mesmo tempo os banqueiros dos pequenos plantadores [...] Esse primeiro estágio de industrialização evidencia, na paisagem urbana, a extensão da função comercial, da qual a industrialização deriva (Monbeig, 1984, p. 359-360).

Depois das instalações dos primeiros elementos necessários em uma cidade de origem cafeeira, como as máquinas de despolpar café, que os fazendeiros usavam o descascador de arroz, que era utilizado pela população para limpar o arroz para depois consumi-lo. Outros elementos foram surgindo para reforçar a urbanização, tais como Monbeig (1984) cita:

A partir [da criação do município], registra-se verdadeiro esforço de urbanização. As ruas principais começam a ser pavimentadas, orladas de passeios, providas de esgotos; melhora o serviço de eletricidade; arrumam-se jardins públicos e plantam-se algumas magras árvores à beira da maior avenida. Coloca problemas ao crescimento da população, mas a coletividade está em condições de encontrar a solução financeira para eles; primeiramente o da água, depois o da saúde pública, com a construção de uma casa de saúde ou santa casa, construção de que participam as grandes fortunas da cidade e da região; enfim, é necessário começar a edificar estabelecimentos de ensino secundário ou subvencionar os existentes, empresas privadas, nas vezes confessionais (MONBEIG, 1984, p. 359-360).

O café através das suas relações com a economia e atividades correlatas permitiu um dinamismo para a industrialização no estado paulista, ostentando para o desenvolvimento econômico, transcendendo ao setor primário-exportador. Sendo que, depois da mudança da mão de obra escrava para a mão de obra assalariada, ocorreu uma alteração na estrutura econômica, trazendo a necessidade de indústrias, criadas para suprir as necessidades da população.

Os negócios do café lançaram as bases para o primeiro surto da indústria por vários razões: em primeiro lugar, ao promover a imigração e os empregos urbanos vinculados ao complexo cafeeiro, criaram um mercado para os produtos manufaturados; em segundo, ao promover o investimento em estradas de ferro, ampliaram e integraram esse mercado; em terceiro, ao desenvolver o comércio de exportação e importação, contribuíram para a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados. Por último, lembremos que as máquinas industriais eram importadas e a exportação do café fornecia os recursos em moeda estrangeira para pagá-las

(FAUSTO, 1995, p.287).

O período de incentivo às indústrias é de comum referência à Primeira Guerra Mundial, devido à suspensão da concorrência de produtos importados. E depois da crise financeira do ano de 1929, muitas fazendas paulista perderam a mão de obra de seus colonos, que foram embora para a capital paulista para trabalhar nas indústrias que já existiam, na busca de uma estabilidade e maior conforto para sua família.

O MUNICÍPIO DE LEME: HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

No ano de 1875⁵, toda a região do Vale do Rio Mogi Guaçu era um imenso cafezal, que se estendia da região de Mogi Mirim à Franca do Imperador, atual cidade de Franca. Com terras que pertenciam respectivamente aos fazendeiros, Rafael Aguiar Paes de Barros – Fazenda São Rafael, Manuel Joaquim de Oliveira Leme – fazendas Palmeiras e Ribeirão do Meio e o Visconde de Nova Granada – Fazenda Graminha e ademais.

Diante da necessidade de escoar a produção crescente do café da região, o governo contratou a Companhia Paulista de Estradas de Ferro para a construção de um ramal ferroviário que ligasse Cordeiro, atual cidade de Cordeirópolis, a Porto Ferreira.

De acordo com Camargo (1952) o meio de transporte foi desenvolvido e incentivado pela cultura cafeeira, dando ênfase para as ferrovias, que encontraram condições econômicas favoráveis ao seu desenvolvimento.

Em 10 de abril de 1877⁶ chega à Vila da Senhora do Patrocínio de Araras, atual cidade de Araras, o ramal ferroviário via Descalvado, prosseguindo o curso em direção da freguesia de São Bom Jesus dos Aflitos de Pirassununga, atual cidade de Pirassununga, este trilhos vinham atravessando as terras de propriedades agrícolas, como as da Fazenda Ribeirão do Meio, de Manuel Joaquim de Oliveira Leme, conhecido também como Manuel Leme, onde era cogitada a construção de uma estação de embarque e desembarque de cargas, nas proximidades entre um pequeno córrego, atual córrego Batinga, e o ribeirão Água do Padre Joaquim de Camargo, atual Ribeirão Constantino, à margem direita do Ribeirão do Meio, com uma distância razoável da Colônia do Cresciumal.

No seguinte ano a estrada começou a ser construída, mas só em abril de 1877⁷ foi

5

Data retirada do acervo da Biblioteca Municipal de Leme “Profª. Carolina de Moura Hildenrand”

⁶ Idem, item5.

⁷ Idem, item5.

franqueado o primeiro trecho, entre Cordeiro e Araras. No dia 30 de setembro do mesmo ano, foi inaugurada a estação de Manuel Leme. Neste local, em terras de Manuel Joaquim de Oliveira Leme, instalou-se em um rancho o português Manuel Gomes Neto, conhecido como Manuel das Tábuas, que mantinha um comércio com os trabalhadores da ferrovia, moradores locais e distendia madeiras designadas para as construções, do pequeno núcleo que se formava ao redor do seu rancho e da humilde estação ferroviária.

A construção da Estrada de Ferro transformou-se no ponto inicial de um povoado, dentro do território que pertencia a Freguesia de Pirassununga, que continha várias fazendas de café, como Ribeirão do Meio, Cresciumal, Quilombo, Zacharias, Olho D'Água, Dos Prudentes, São Rafael e outras do território da Vila de Araras, tais como: Capitólio, Graminha, Fazenda de José Manoel de Arruda Penteado, Sanssouci.⁸

Ao redor do rancho de Manuel de Tábuas foram estabelecendo-se outros moradores e comerciantes. Uma capela foi erguida, onde hoje está a Praça Ruy Barbosa, assim foi se desenvolvendo o pequeno núcleo, que até então pertencia à Vila de Pirassununga.

No ano de 1881, o presidente da província Abelardo Laurindo de Brito, pela Lei Providencial nº 45 de 22 de fevereiro de 1881, cria a primeira escola de letras para o sexo masculino no “Bairro dos Lemes”. Nascia o nome do povoado, que estava situado no Território da Vila de Pirassununga⁹.

Nos primeiros dias da república, o então Governador Provisório de São Paulo Prudente de Moraes, em 26 de novembro de 1889¹⁰, baixa um ato criando o distrito Policial da Estação dos Lemes no município de Pirassununga.

Devido ao elevado crescimento progressista do Distrito Policial da Estação de Leme, os moradores locais começaram a exigir da administração do distrito uma nova categoria para este, assim pelo Governador do estado, Dr. Jorge Tibiriçá, por meio do Decreto nº 124 de 20 de Janeiro de 1891¹¹, o antigo Distrito Policial foi elevado à categoria de Distrito de Paz da Estação dos Lemes.

E com a criação do novo distrito foram instalados o juiz e o Cartório de Paz, no dia 5 de fevereiro de 1891¹², sendo nomeado Joaquim Lopes dos Santos para ocupar o lugar de Juiz de Paz e o Abel Serafim de Barro para escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil.

Com o florescimento de fazendas e sítios, um acentuado crescimento nos números de prédios e moradores no local, o município começou a sonhar em autonomia, iniciando uma busca na emancipação, tendo várias pessoas que se destacavam como o médico baiano Cherubino Soeiro

⁸ Idem, item1.

⁹ Idem, item1.

¹⁰ Idem, item1.

¹¹ Idem, item1.

¹² Idem, item1.

de Carvalho e entre os políticos o Deputado Estadual Cel. Augusto Cesar do Nascimento, o qual atualmente tem uma escola primária com seu nome, em sua homenagem.

Em 12 de julho de 1893, os moradores do Distrito de Paz de Leme apresentaram ao Senado Estadual uma representação assinada, requerendo a evolução do distrito para a categoria de município. A ambição dos moradores foi muito condenada e apenas em 13 de julho de 1895 a Comissão de Estatística do Senado analisou a representação e julgou o projeto de lei.¹³

Somente em 29 de agosto de 1895¹⁴ o Presidente Dr. Bernadino de Campos promulgou a Lei Estadual nº 358, elevando o Distrito da Paz da Estação do Leme à categoria de município. Depois que Leme conseguiu sua emancipação político-administrativa, passou a ser responsabilidade para os líderes da comunidade que eram Cherubino Soeiro de Carvalho e Henrique Waldvogel, que se tornaram respectivamente o prefeito e o vice-prefeito do município recém-criado.

No ano de 1899 foi construída a igreja Matriz de São Manuel nas terras doadas por Antônio Prudente de Almeida. E o município de Leme foi elevado, em 1906, à categoria de cidade e em 1962 à de comarca, completando no ano de 1995 um século.¹⁵

A construção da Rodovia Anhanguera (SP 330) a cerca de 1,5 km da ferrovia, foi um fator muito importante para o desenvolvimento da cidade, facilitando o transporte de suas produções e uma ótima via de acesso ao município.

A partir das décadas de 1950 e 1960, Leme teve desdobramento na sua população e esta passou a se concentrar na região do perímetro urbano com maior intensidade. A taxa de crescimento anual do município na década de 1970 foi de 4, 52% se comparados com a década de 1960, devido ao aumento de migrantes, que vinham para o município para trabalhar nas lavouras de algodão.¹⁶

O crescimento populacional teve contínuo crescimento também nas décadas de 1970 e 1980¹⁷ com a vinda de migrantes, especialmente do Nordeste do país, para trabalhar nas lavouras de algodão, que estava no seu auge de cultivo, expansão e plantio na região.

A lavoura de algodão no estado paulista teve seu surto de produção a partir do período da I Grande Guerra Mundial, que teve coincidência com a brutal geada de 1918, que devastou os cafezais (Scantinburgo, 1980).

No município a cultura algodoeira teve seu início por volta de 1935, ocupando terras de cafezais decadentes e suas estruturas existentes, como terreiros e tulhas e a mão de obra presente.

A princípio, os colonos tornam-se parceiros (meeiros) dos fazendeiros e começam cultivar o algodão e a partir de 1940 muitos sitiantes tornam-se cotonicultores.¹⁸

¹³ Idem, item 1.

¹⁴ Idem, item 1.

¹⁵ Idem, item 1.

¹⁶ Plano diretor do Município de Leme.

¹⁷ Idem, item 12.

¹⁸ Dados fornecidos pela Casa da Agricultura de Leme.

Após algumas safras, sem assistência técnica para a lavoura, no ano 1943¹⁹, acaba sofrendo com graves ataques de pragas, perdas de solo, como a erosão e com a falta de fertilizantes sofre forte declínio na produção, afetando extremamente a economia das fazendas.

As fazendas com suas economias afetadas a partir de 1945, algumas são obrigadas a fazerem loteamentos de algumas áreas e ou até mesmo de toda a sua área e seus parceiros passam a ser sitiadas e este grande contingente de agricultores, faz com que o município fique conhecido futuramente como a “Capital do Algodão”.²⁰

Para Camargo (1952) além da retração demográfico-econômica algumas regiões foram geralmente acompanhadas pela divisão das antigas propriedades de cafeiculturas, aumentando ao mesmo tempo a área cultivada, especialmente em cereais, algodão e cana-de-açúcar.

E em 24/12/1949, pelo Decreto Lei Estadual nº 19.033, foi criada a Casa da Lavoura de Leme, para poder auxiliar e ajudar os agricultores, trazendo técnicas agrícolas para a cultura algodoeira e demais culturas que apontavam no município. Por meio da instalação de campos de demonstração e de resultados com grande sucesso na época deram base técnica ao desenvolvimento da cultura algodoeira, independente da concorrência com a cultura de cana-de-açúcar.²¹

No período da década de 1980, permaneceu o contínuo crescimento da população total, mas principalmente a urbana, com ajuda de alguns fatores que condicionaram o aumento da população, como o acréscimo da oferta de atividades industriais na cidade e na sua região, o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar e junto com o aparecimento de usinas canavieiras, atraindo trabalhadores do tipo “boias frias” (nome coloquial que se dá para uma classe de trabalhadores agrícolas que trabalham em lavouras, mas não possuem suas próprias terras, e suas residências estão localizadas na área urbana).

Pode se observar na tabela 1 a transição das características populacionais do município de Leme-SP, sua população urbana e total foi aumentando com o transcorrer das décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010 e a sua população rural foi diminuindo drasticamente neste mesmo período que foi feita a análise.

População – Leme (urbana e rural)			
	Urbana	Rural	Total
1980	40.780	5.197	45.977
1990	61.660	3.869	65.529
2000	77.764	2.864	80.628
2010	89776	1.982	91.758

Tabela 1: Fonte: SEADE (2013), organizado pela autora.

¹⁹ Idem, item 15.

²⁰ Idem, item 15.

²¹ Idem, item 15.

A concentração da população urbana teve grande crescimento, em 1990, aumentando o índice da urbanização do município que se elevou a 94,1% (SEADE, 2013).

Segundo os dados do SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), no ano de 2013, da população total que o município possui que é 80.628, 96,45% possui suas moradias no perímetro urbano do município.

AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL – URBANO DO MUNICÍPIO DE LEME-SP.

A elaboração deste capítulo foi organizada através análise das informações levantadas a partir de pesquisa realizadas na Biblioteca Municipal de Leme “Prof.^a Carolina de Moura Hildebrand”, Casa da Agricultura de Leme e no Museu Histórico “Prof. ° Celso Zoega de Taboas”, e foram realizadas entrevistas com antigos moradores da cidades e antigos funcionários da Casa da Agricultura.

O município de Leme teve suas origens através da implantação das vias férreas no século XIX, sendo desde os primórdios a agricultura um elemento de estimada importância, sendo presente desde suas origens até os dias atuais.

No início do povoado de Leme, as fazendas de café eram de total presença no espaço rural, as terras estavam concentradas nas mãos de poucos, mas, no entanto, a população local do município estava mais situada na região rural, trabalhando na cafeicultura, por meio de parcerias como colonos e ou meeiros.

Porém, observa-se a presença de mão de obra escrava, que neste período já sofria várias perdas, através das políticas escravocratas e das pressões que os ingleses que estavam fazendo a favor do término da escravidão.

A cafeicultura continua com sua significativa importância até as décadas de 1930 e 1940, porém, depois da crise de 1929, sofre um abalo em sua estrutura econômica e social, trazendo mudanças para o espaço rural e urbano do município.²²

Muitas das fazendas vão tentar sorte em novas culturas, com a expectativa de conservar suas propriedades, pois em variadas regiões do estado paulista muitos fazendeiros perderam suas fortunas em questões de poucos dias.

A cultura algodoeira do município começou ao redor de 1935²³, ocupando terras dos cafezais decadentes e benfeitorias existentes: terreiros e tulhas. Os colonos se transformam em

²² Idem, item 1.

²³ Idem, item 1.

parceiros de algodão e a partir de 1940²⁴ muitos sitiantes se tornaram cotonicultores.

Para aqueles que não conseguiram sobreviver à crise, suas únicas opções foram entregar sua propriedades para os credores e/ou lotear (O loteamento consiste na divisão das grandes propriedades em médias e pequenas). Os possuidores das fazendas presentes no município, na sua grande maioria tiveram que vender na íntegra ou uma parte do seu patrimônio para que pudessem permanecer com o restante da propriedade.

A ocorrência de loteamento das fazendas no município acarretou uma mudança no espaço rural de Leme, muitos dos colonos e/ou meeiros acabaram se transformando em donos de propriedades agrícolas. Este tipo de loteamento teve início no município após o ano de 1945²⁵ e durou até os anos de 1959²⁶, com o loteamento da Fazenda Graminha, que foi uma das últimas propriedades agrícolas a ser loteada, devido à crise. As divisões ocorridas após este período foram originadas por motivos de heranças ou até econômicos, mas não com tantas modificações na estrutura do espaço rural.

Esta mudança no espaço rural do município traz um novo perfil da população e produção rural, os novos proprietários voltam seus olhos para a cultura algodoeira, porém, nos meados do ano de 1943²⁷, a cultura sofre com problemas de solo, como a erosão e com pragas.

No ano de 1949²⁸ foi criada a Casa da Agricultura de Leme, para poder auxiliar e dar assistência técnica para os agricultores, na lavoura de algodão e novas culturas, que vinha trazendo alguns avanços econômicos significativos para a região.

Através de um trabalho bem planejado e executado pelo Engenheiro Regional, através da instalação de campos de demonstração foi possível resultados de grandes sucessos, a cultura algodoeira teve forte embasamento técnico para que pudesse ter um estimado desenvolvimento da cultura algodoeira, apesar da concorrência com a cultura de cana-de-açúcar que já vinha apontando pelo estado paulista grande participação na economia.

Até a década de 1970, a cotonicultura estava presente na região trazendo ao município o título de “Capital do Algodão”, fazendo com que os agricultores o chamassem de “ouro branco”.

Esta nova fase da agricultura trouxe para o município uma transformação para o espaço urbano e também rural, a população rural no período da década de 1970 diminuiu. Esta redução foi ocasionada pelo êxodo rural, muitos agricultores mudam para a área urbana em busca de maior comodidade, segurança, educação para seus filhos, para ter uma melhoria na qualidade de vida²⁹.

Na década de 1980 houve grande crescimento da população urbana e total, pois ocorreu

²⁴ Idem, item 15.

²⁵ Idem, item 15.

²⁶ Idem, item 15.

²⁷ Idem, item 15.

²⁸ Idem, item 15.

²⁹ Prefeitura do município de Leme. Disponível em: <<http://www.leme.sp.gov.br/>>. Acessado em julho de 2013.

forte presença de migração oriunda da região nordeste, estas pessoas vinham para o estado de São Paulo em busca de trabalho e melhor condição de vida, o município de Leme a partir desta década teve maciço crescimento em sua área urbana, principalmente devido a esse movimento migratório, que se estabeleceram no município para trabalharem na cultura de algodão e futuramente na citricultura e cana-de-açúcar. Esses migrantes acabaram se fixando nas periferias da área urbana do município, por ser local com preço mais acessível.

A população rural de Leme com o tempo teve uma redução em seu número de habitantes, porém, este processo não afetou o número da população urbana. Este fenômeno também não afetou o número da população agrícola, pois o aumento desta está vinculado com a presença de migrantes, entende-se como população agrícola, aquela em que mantém residência na área urbana, mas trabalha na área rural. E esta é responsável pela colheita da produção agrícola, como por exemplo, na lavoura algodoeira e depois na cana-de-açúcar.

Com o aparecimento da praga “Bicudo do algodoeiro” e o surgimento de outras fronteiras agrícolas, como a Região Centro-Oeste, a lavoura de algodão começa a perder o seu espaço na economia do município, que passa a dar seu lugar para a cana-de-açúcar.

A substituição da lavoura de algodão para a cana traz consigo mudanças na circunstância da zona rural que submerge seus residentes para a área urbana, que vai aumentando consecutivamente. Já a população agrícola, que aqui será também conhecido como “boia fria”, que é um trabalhador rural, mas tem sua residência no perímetro urbano, continua em desenvolvimento, pois os migrantes da região nordeste continuam a proceder para o município, para trabalhar na safra da cana-de-açúcar.

Este aumento na população urbana traz para o município um elevado crescimento tanto da população total, quanto da urbana, mas ocasiona também a diminuição da população rural, que tende ao longo das décadas diminuir cada vez mais.

Como se pode observar na figura 2, no transcorrer das décadas a população urbana foi aumentando, sendo que a década de 1980 para a de 1990, ocorreu um grande aumento quando comparado com as demais décadas, foi neste mesmo período que a lavoura de algodão começou a entrar em decadência no município de Leme, e muitos agricultores fizeram o êxodo rural, pois não tinham mais como se manter na zona rural, devido às falências ocasionadas pelo prejuízo das plantações de algodão.

Grau de Urbanização (EM%)

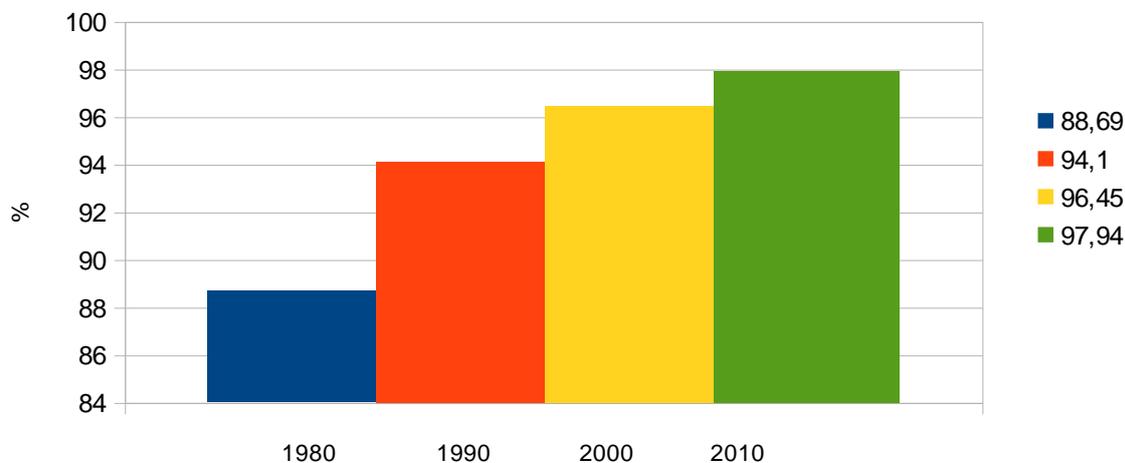


Gráfico 1. Grau de Urbanização do Município de Leme-SP no período de 1980 a 2010. Fonte: SEADE (2013), organizado pela autora.

Do ano de 2000 para 2010, foi apresentado um leve aumento na taxa de urbanização, apenas 1,49 %, sendo que a população rural teve uma queda também, mostrando que a taxa de urbanização está ligando ao menos parcialmente a população rural que abandona o campo e acaba indo para a área urbana do município.

Foi possível constatar que a população do município de Leme/SP está localizada praticamente toda na área urbana, através dos dados demonstrados no gráfico 2, no qual destaca-se que o município tem uma taxa de urbanização no ano de 2010 de aproximadamente 98%, enquanto o Estado de São Paulo possui uma grau de aproximadamente 96%, o município apresenta um maior grau de urbanização quando comparado com o estado de São Paulo.

Grau de Urbanização Estado de São Paulo e Leme

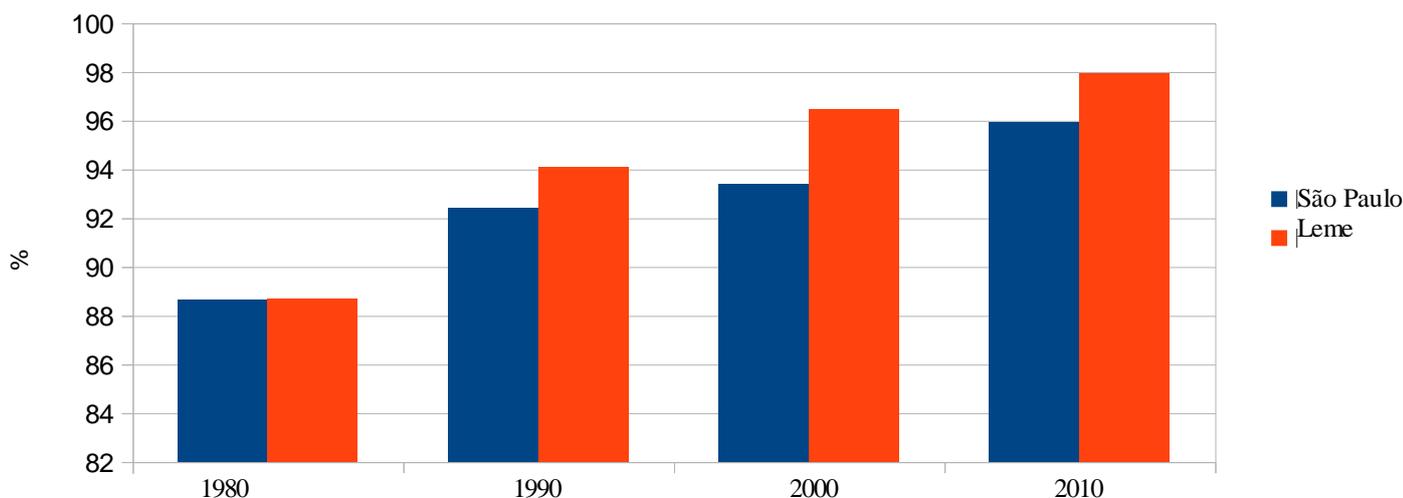


Gráfico 2: Grau de Urbanização do Estado de São Paulo X Município de Leme-SP no período de 1980 a 2010. Fonte: SEADE (2012), organizado pela autora.

Verifica-se que o Município de Leme-SP tornou-se urbano no quesito populacional, não importando que a sua economia ainda seja totalmente dependente da agricultura e que uma parte desta população trabalhe ainda no meio rural.

A DEMOGRAFIA NA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES POPULACIONAIS

Os estudos sobre envelhecimento da população com questões puramente demográficas usam vários tipos de análise, seja apenas com comparação de mudanças na demografia da região de estudo, utilizando a pirâmide etária, e também com diagnóstico através de comparação com outros casos ocorridos em determinadas regiões.

Carvalho e Garcia (2003) têm como objetivo mostrar em seu estudo, no ponto de vista puramente demográfico, qual o processo que leva ao envelhecimento de uma população: analisar o processo de envelhecimento da população brasileira, levando em consideração apenas as mudanças recentes de sua dinâmica demográfica, já comprovada; comparar o processo brasileiro com o ocorrido na Europa. Neste estudo ele utiliza como a análise de pirâmides etárias para mostrar como a população brasileira está envelhecendo, no decorrer do passar das décadas de 1970 e no ano de 2000, através desta análise foi possível notar que esta população está envelhecendo com o transcorrer destas décadas.

Segundo Frias e Carvalho (1994) o Brasil no período das décadas de 1930 e 1960 houve um declínio da fecundidade e também um sensível declínio na mortalidade. De acordo com Carvalho e

Garcia (2003) o padrão de queda da mortalidade, referido por Frias e Carvalho (1994), não ocorreu impacto significativo na estrutura etária proporcional, somente sobre o ritmo de crescimento populacional, fenômeno conhecido como explosão demográfica.

Moreira (1997) argumenta que a generalização do processo da fecundidade começa a se traduzir em mudanças na composição por idade da população brasileira quando passa a ser o comportamento das grandes massas populacionais.

Moreira (1997) descreve que:

é só a partir dos anos 80, e mais particularmente no início da década de 90, que a estrutura etária prévia deixa de mascarar o declínio da fecundidade e os grupos etários da base da pirâmide etária começam a encolher. Neste mesmo momento o processo de envelhecimento da população brasileira assume contornos de movimento irreversível e configura-se como tendência de longo prazo da população brasileira (Moreira, 1997).

Em sua obra "*O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico*", Carvalho e Garcia (2003) dissertam que o começo do declínio de fecundidade é que dá início ao processo de envelhecimento de uma população. Em vários países que possuíam uma população jovem, quase estável, com o declínio da fecundidade o ritmo de crescimento anual do número de nascimentos passou a cair, o que fez com que se iniciasse um processo contínuo de estreitamento da base da pirâmide etária, como resultado, de envelhecimento da população.

Segundo Carvalho e Garcia (2003) relatam que:

Em uma primeira etapa, após o início do declínio da fecundidade, passa-se por uma fase de desestruturação da distribuição etária relativa da população, por conviverem nela gerações nascidas quando a fecundidade era alta e aquelas que já sofreram o impacto da queda (Carvalho e Garcia. 2003).

Segundo Carvalho e Garcia (2003) o nível de fecundidade em 2000 no Brasil já é bem próximo daquele de reposição, ou seja, aquele que produz um crescimento nulo da população em longo prazo, parte desta já se encontra com fecundidade abaixo do nível de reposição e o nível médio do país deverá continuar a cair.

Conforme Camarrano discorre (1999, apud Carvalho e Garcia 2003, p.4): "como consequência, entra a população brasileira em um sustentado processo de desestabilização de sua estrutura etária, com estreitamento continuado da base da pirâmide e, conseqüentemente, envelhecimento da população".

De acordo com Moreira (2007) o envelhecimento demográfico:

Em consequência de redução da mortalidade, ocorrerá quando os níveis de fecundidade são baixos e estáveis e o padrão de redução dos níveis mortalidades deixa de ser um J invertido, assumindo o formato do J, refletindo que os aumentos das probabilidades de sobrevivências beneficiam mais os grupos idosos (MOREIRA, 2007).

Carvalho e Garcia (2003) defendem que do ponto de vista demográfico o processo em operação no Brasil de envelhecimento da população deve-se unicamente ao rápido e sustentado declínio da fecundidade.

No entanto, Moreira (2007) reflete que o processo de envelhecimento populacional pode ocasionar unicamente em função de uma atenuação da proporção jovem no total da população, sem que tenha havido significativas mudanças na população idosa, configurando o que se denomina envelhecimento pela base. A população do mesmo modo pode envelhecer em consequência de uma real ampliação da fração da população idosa, estabelecendo o envelhecimento pelo topo, no entanto, o envelhecimento pela base está estreitamente associado à queda nos níveis de fecundidade e é próprio da experiência histórica de envelhecimento vivenciada pela maioria dos países hoje desenvolvidos, e é o que ocorre nos países atualmente subdesenvolvidos em processo de envelhecimento.

Como mencionou Alves e Bruno (2003):

O Brasil vem experimentando uma grande transformação no ritmo de crescimento e na estrutura de sua população. O processo de transição demográfica, fruto da queda das taxas de mortalidade e natalidade, tem provocado uma rápida mudança na estrutura etária brasileira, com uma redução da proporção jovem da população, uma elevação imediata da população adulta e uma elevação significativa, no longo prazo, da população idosa (ALVES E BRUNO, 2003).

O Brasil pode ser enquadrado em um cenário clássico do fenômeno de transição demográfica. No espaço da primeira metade do século XX as taxas de mortalidade se reduziram de maneira significativa, trazendo notáveis mudanças na caracterização etária da população do país e fazendo com que esta deixasse de ser uma população jovem para uma população mais idosa.

A transição demográfica é resultante de diversos determinantes sociais, econômicos e culturais, no caso do Brasil a explicação das causas da redução das taxas de mortalidade e fecundidade como fruto de transformações estruturais e institucionais ocorridas nos planos macro e micro e que muitas vezes prejudicam as relações intergeracionais e de gênero.

CARACTERIZAÇÃO DA COMPOSIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LEME.

A caracterização da composição etária do município de Leme – SP será feita através da análise das suas pirâmides etárias dos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010, em especial, em grupos etários com menos de 15 anos (população considerada inativa), com idade entre 15 e 59 anos (população potencialmente ativa) e com mais de 60 anos (população considerada inativa). E através da análise da razão de dependência dos anos de 1980,1991, 2000 e 2010.

A estrutura etária é a composição da população por idade e por sexo e pode ser representada pela pirâmide etária. Na estrutura da população é possível encontrar três grupos etários: os jovens, os adultos e os idosos.

A pirâmide etária é a representação gráfica da composição da população de um lugar em função da idade e do sexo, em um determinado ano. Para Adas (2000):

Esse gráfico é construído marcando-se, na linha da ordenada (vertical), as idades da população de zero até o limite superior (80 anos ou mais); na linha da abscissa, (horizontal) os efetivos da população, ou seja, sua quantidade ou número em cada idade - ou em cada grupo de idades - em valores absolutos ou ainda em porcentagem, representando a população do sexo masculino de um lado da pirâmide e a do sexo feminino de outro (ADAS, 2000, p. 488).

Serão analisadas quatro pirâmides etárias do município de Leme-SP, dos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010, que foram elaborados com os dados fornecido da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

Para ter um melhor panorama sobre o desenvolvimento da população e como ela tem se comportado durante o transcorrer destas quatro ultimas décadas e também qual é a atual característica populacional do município de Leme.

PIRÂMIDE ETÁRIA DO ANO DE 1980

Como se pode observar, a pirâmide etária do ano de 1980 exibe características de uma pirâmide jovem, base larga, devido à elevada natalidade e o topo estreito em consequência da elevada taxa de mortalidade e esperança média de vida reduzida. Esta pirâmide representa populações muito jovens e que normalmente estão presentes em regiões com menor desenvolvimento. O município de Leme apresenta um número maior na população masculina até à faixa etária dos 49 anos, depois desta faixa a população feminina torna-se maior.

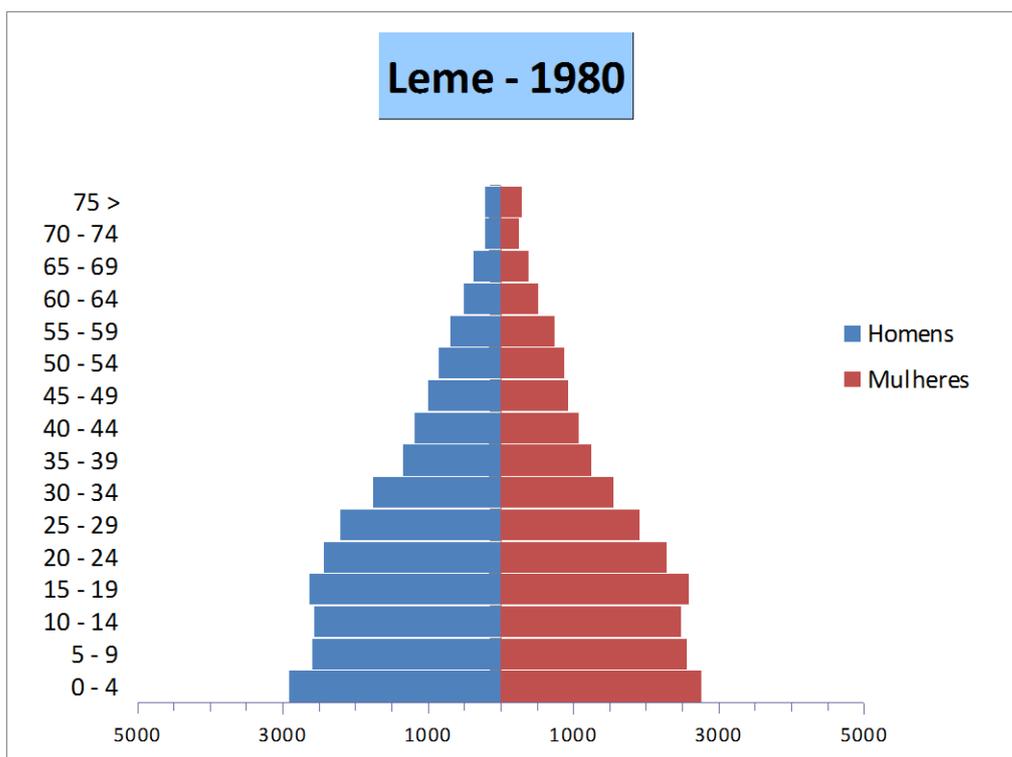


Gráfico 3: Pirâmide etária do município de Leme-SP, do ano de 1980. Fonte: SEADE (2013), organizado pela autora.

PIRÂMIDE ETÁRIA DO ANO DE 1990

A pirâmide etária do ano de 1990 possui características de uma pirâmide jovem, apresenta uma base larga, com um topo estreito, um elevado índice da população masculina até a faixa etária de 54 anos, porém, sua população idosa apresenta um acentuado número na população feminina se comparada à masculina. Proporciona elevada taxa de natalidade, resultando em grande proporção de jovens, apresenta baixa proporção de idosos que é como sinalizador de pequena esperança de vida, apresentando neste período o município uma população jovem e em crescimento.

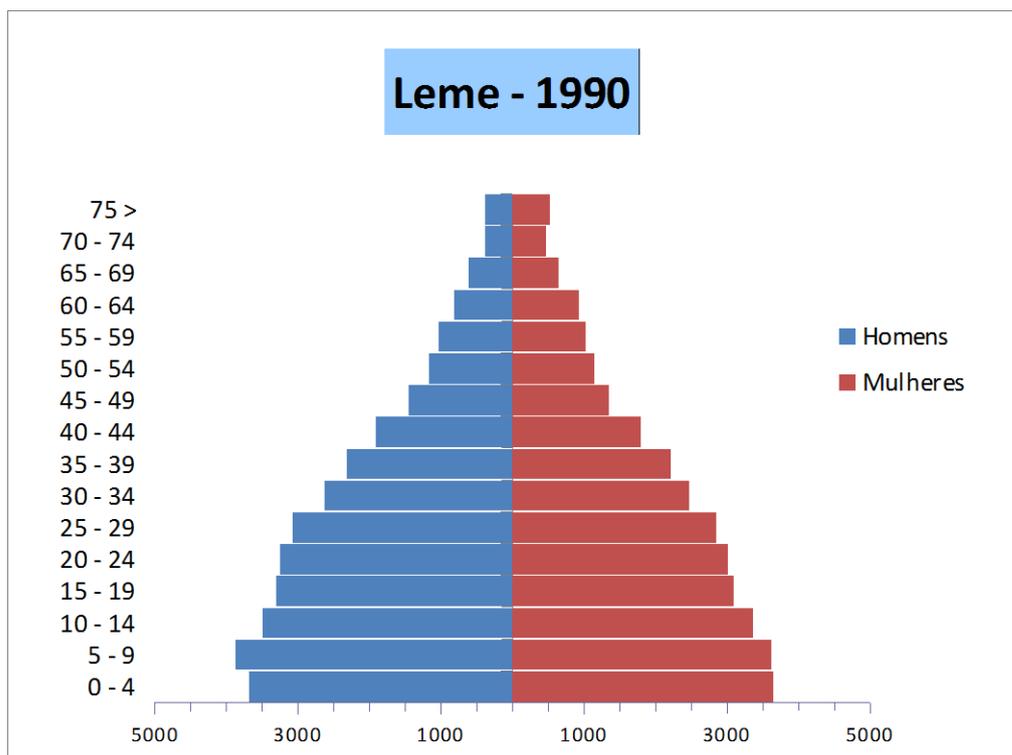


Gráfico 4: Pirâmide etária do município de Leme-SP, do ano de 1990. Fonte: SEADE (2013), organizado pela autora.

PIRÂMIDE ETÁRIA DO ANO DE 2000

Pode-se observar que a pirâmide etária do ano de 2000 começa apresentar duas classes ocultas, mostrando a incidência de decréscimo da natalidade, sua base, porém, ainda permanece larga, e o seu topo estreito, ela está começando a apresentar características de uma pirâmide envelhecida, refletindo uma diminuição da natalidade e um aumento da esperança média de vida.

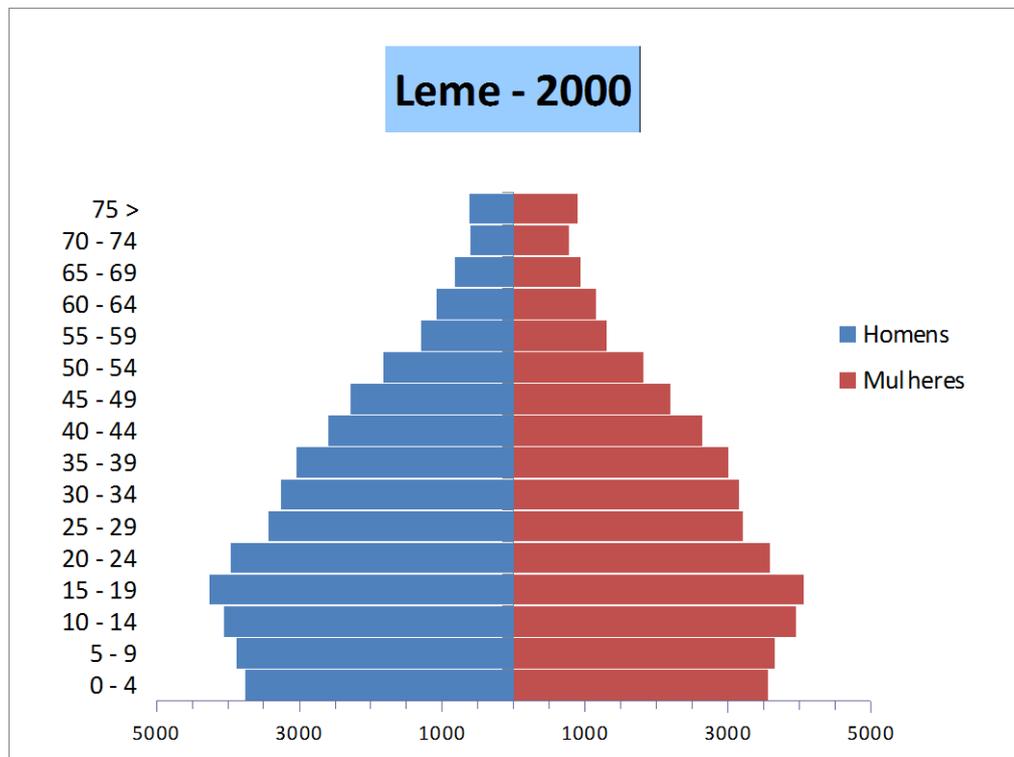


Gráfico 5: Pirâmide etária do município de Leme-SP, do ano de 2000. Fonte: SEADE (2013), organizado pela autora.

Sua população masculina é mais elevada se comparada com a feminina até a faixa etária de 39 anos, depois desta idade o quadro se inverte, havendo o aumento da população feminina se comparada com a outra.

Segundo Moreira (2002), também está em fase de envelhecimento a população de países subdesenvolvidos que se industrializaram recentemente, nos quais a inserção na economia moderna, mesmo que parcial e a urbanização propiciaram uma redução no crescimento vegetativo, atualmente moderado, e uma expectativa de vida com sensível elevação. Embora em progressiva diminuição, a porcentagem de jovens ainda é expressiva, mas a parcela de adultos e de idosos vem aumentando de modo significativo. Brasil, México e Malásia são exemplos desse tipo de regime demográfico, cuja pirâmide apresenta um estreitamento da base e o topo em fase de alargamento.

Apresenta elevada proporção de jovens, reduzida extensão de idosos, que são sinalizadores de elevada taxa de natalidade e baixa expectativa de vida, indicando uma população jovem com tendência para envelhecer. No entanto esta pirâmide, se comparada com a do ano de 1990, apresenta um diminuição da natalidade, do crescimento natural e um aumento da esperança de vida.

PIRÂMIDE ETÁRIA DO ANO DE 2010

O ano de 2010 apresenta uma pirâmide etária que contém uma classe oca acentuada, mostrando a incidência de decréscimo da natalidade, sua base, porém, ainda permanece larga, e o seu topo estreito, mas este exibe um leve alargamento, entretanto, maior do que o topo da pirâmide de 2010, a população feminina na faixa etária 75 ou mais, apresenta um elevado aumento se comparado com as demais pirâmides.

No entanto, a população masculina é mais elevada se comparada com a feminina até a faixa etária de 39 anos, depois desta idade o quadro se inverte, havendo o aumento da população feminina se comparada com a outra.

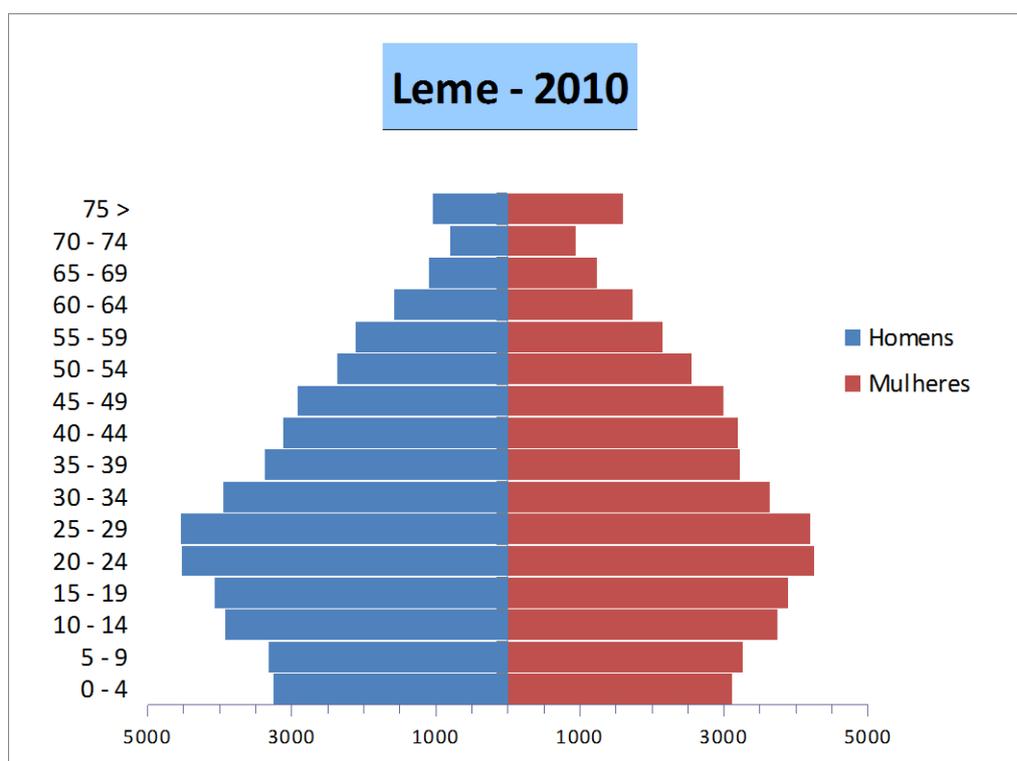


Gráfico 6: Pirâmide etária do município de Leme-SP, do ano de 2010. Fonte: SEADE (2013), organizado pela autora.

Segundo Moreira (2002), também está em fase de envelhecimento a população de países subdesenvolvidos que se industrializaram recentemente, nos quais a inserção na economia moderna,

mesmo que parcial, e a urbanização propiciaram uma redução no crescimento vegetativo, atualmente moderado, e uma expectativa de vida em sensível elevação. Embora em progressiva diminuição, a porcentagem de jovens ainda é expressiva, mas a parcela de adultos e de idosos vem aumentando de modo significativo.

O município de Leme – SP apresenta uma população jovem, com pouca esperança de vida, que pode ter como consequência subnutrição, fome, uma reduzida taxa de alfabetização da população, subemprego, desemprego, falta de habitação, elevadas taxas de mortalidade nas classes etárias mais baixas, aparecimento de atividades ilícitas, como a produção e tráfico de drogas. Essas características trazem para o local, problemas sociais, ambientais, de saúde, segurança e baixa qualidade de vida para sua população.

O crescimento da população tem desacelerado em virtude da redução das taxas de fecundidade e natalidade, observa-se diminuição do contingente de crianças e adolescentes com até 14 anos de idade. Em contrapartida, o segmento de idosos (com 65 anos e mais de idade) aumentou. Essa mudança de estrutura etária implica o redimensionamento das demandas sociais e, portanto, da oferta de serviços públicos destinados a atendê-las. Ao processo de mudanças da estrutura etária e de envelhecimento da população, que é ocasionado fundamentalmente pela queda da fecundidade, soma-se a dois indicadores sociais positivos, a queda das taxas de mortalidade infantil e a elevação da esperança de vida.

Como foi possível observar na análise das pirâmides etárias dos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010, a população do município de Leme deixou de ser uma população jovem, como foi possível observar na pirâmide etária de 1980, e atualmente é uma população mais velha, com uma menor taxa de fecundidade, com a presença de uma população mais adulta e com uma melhor expectativa de vida, pois apresenta um maior número na população de idosos, como foi possível observar na pirâmide etária do ano de 2010.

Moreira (1997) defende que:

O envelhecimento não é neutro quanto ao gênero. Os diferenciais de mortalidade por sexo, que favorecem as mulheres desde os primeiros anos de vida, resultam em que a proporção de mulheres seja superior à dos homens em todos os grupos etários após a infância. Nos países subdesenvolvidos, onde os diferenciais de mortalidade entre homens e mulheres persistem expressivos até as idades mais avançadas, a diferença no número de mulheres e homens idosos amplia-se nos grupos etários idosos mais velhos e, com a projetada trajetória de ampliação da expectativa de vida, acompanhada por aumento no diferencial de mortalidade entre homens e mulheres, é esperada uma intensificação do processo de feminização do envelhecimento (MOREIRA,1997).

Entre alguns elementos que foram possíveis observar no estudo feito das pirâmides, que são

características de uma população que está ficando mais idosa, entre eles é a presença de um número maior de mulheres no topo das pirâmides, um maior índice de uma população feminina principalmente depois da fase adulta em diante.

RAZÃO DE DEPENDÊNCIA

A razão de dependência é a fração etária da população definida como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 64 e mais de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 63 anos de idade), de determinada população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Normalmente é comum que, para o cálculo deste indicador, sejam consideradas as pessoas idosas de 65 e mais anos e potencialmente produtivas as de 15 a 64 anos. Porém, para atender à política nacional do idoso (Lei nº8. 842, de quatro de Janeiro de 1994), utiliza-se aqui o parâmetro de 60 e mais anos para a população idosa e de 15 a 59 anos para a população potencialmente produtiva.

Para o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a razão de dependência é o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

No presente estudo do município de Leme, pode se notar que o número total de dependentes no ano de 2000 diminuiu se comparado com o ano de 1990, no entanto, a razão de dependência entre os idosos aumentou no ano de 2000, dados presentes na tabela 2, isso indica que a expectativa de vida da população do município está aumentando.

Razão de Dependência Estado de São Paulo e Município de Leme												
	Jovens				Idosos				Total			
Regiões	1980	1990	2000	2010	1980	1990	2000	2010	1980	1990	2000	2010
Estado de São Paulo	33,68	31,03	26,31	21,45	6,27	7,56	8,96	11,57	39,95	38,59	35,27	33,02
Município de Leme	34,53	33,1	28,34	22,46	6,02	7,25	8,55	10,93	40,55	40,35	36,89	33,39

Tabela 2. Fonte: SEADE (2013), organizado pela autora.

Nota-se que o número de dependentes jovens do ano de 2000 também diminuiu se comparado com o ano de 1990, demonstrando que está ocorrendo uma redução na taxa de natalidade do município. Comparando a razão de dependência de jovens do município de Leme,

com o do Estado de São Paulo, percebe-se que este índice do município em ambos os anos, foi mais elevado se comparado com o índice do estado.

O índice de razão de idoso quando comparado com os anos de 2010, e 1980, tem um elevado crescimento e quando se observa as demais décadas podemos notar que da década de 1980 até o ano de 2010, este índice nunca parou de aumentar, sendo que a cada dez anos aumentava no mínimo 1% deste índice. E quando fazemos esta comparação com o estado de São Paulo, também é possível presenciar este mesmo tipo de comportamento, a única diferença é que no ano de 2010, este possui um maior índice quando comparado com aquele.

A razão de dependência dos jovens no ano de 2010 comparado com o ano de 1980 tem uma acentuada diminuição, demonstrando que ocorreu uma diminuição na natalidade da população, e quando comparamos com as demais décadas, percebe-se que é possível notar uma redução na taxa de dependentes jovens da década de 1980 para o ano de 2010 contínua, principalmente do ano de 2000 para 2010, que teve uma queda de entorno de 4% desta dependência. E do mesmo modo, quando comparada à taxa do município com a do estado de São Paulo, pode-se observar o mesmo tipo de comportamento.

Há consequências dessa mudança da estrutura etária sobre as necessidades da população e o planejamento das políticas públicas. Uma delas relaciona-se com a capacidade de a população adulta – potencialmente ativa em termos produtivos – suportar a inativa (crianças e idosos). Em outros termos, essa capacidade seria uma forma de quantificar a população potencialmente ativa e, portanto, a necessidade de geração de trabalho e renda que permita a essa população suprir a parcela inativa.

A participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo total do ano de 1980 é de 40,55, no ano de 1990 é de 40,35, no ano de 2000 é de 36,89 e no ano de 2010 é de 33,39, pode-se notar que esta parcela que deve ser sustentada pela população potencialmente produtiva vem diminuindo com o decorrer dos anos e com esta diminuição da proporção indica uma redução nos encargos assistenciais para a sociedade.

Porém, quando esses dados são analisados separados, da razão de dependência de jovens e idosos, percebe-se que enquanto o número de jovens diminui o número de idosos aumenta, ocorrendo o aumento na proporção desses dependentes, evidenciando o envelhecimento populacional da região, que indica que as políticas públicas devem começar a repensar em novas medidas para esta população idosa que está em crescimento, trazendo consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

Entre essas políticas públicas deve-se pensar em: implantação de sistema de mobilização comunitária, visando, dentre outros objetivos, à manutenção do idoso na família; revisão de critérios para concessão de subvenções a entidades que abrigam idosos; criação de serviços médicos

especializados para o idoso, incluindo atendimento domiciliar; revisão do sistema previdenciário e preparação para a aposentadoria; formação de recursos humanos para o atendimento de idosos.

Observa-se gradativo declínio da razão de dependência em todas as regiões presentes na tabela 2 (pag. 7), estando pertinente ao processo de transição demográfica. A diminuição dos níveis de fecundidade leva à redução das taxas de natalidade, implicando o decréscimo do contingente jovem da população. A população idosa, conseqüentemente, tem uma elevação de sua participação relativa, combinada ao aumento absoluto do seu volume.

Entende-se que a população do Município de Leme-SP está passando de uma população jovem, com pouca expectativa de vida, para uma população que está envelhecendo de maneira lenta, mas que está melhorando de qualidade de vida e tendo um aumento na sua esperança de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou ponderar a formação do município através de uma contextualização histórica e considerar a dinâmica populacional nas últimas quatro décadas (1980, 1990, 2000, 2010), através da análise das pirâmides etárias desta população, destas décadas citadas e da razão de dependência de idoso e de jovens, com o objetivo de identificar qual foi a origem do município e qual é o perfil da população do município e como ela se comportou no transcorrer dos últimos anos.

O município de Leme-SP teve seus primórdios na era da lavoura cafeeira, não só pela localização do município, que estava posicionado em uma região com predomínio de plantações de café, mas também e principalmente pela razão de se ter que fazer o escoamento desta produção do “ouro verde”, como foi conhecido o café neste período, para o litoral.

As safras de café precisavam ser escoadas para os portos para serem enviados aos mercados consumidores, que muitas vezes estavam localizados na Europa, no início da lavoura de café no Brasil, esta produção era transportada do interior do país para o litoral, no lombo de mula, mas conforme esta produção aumentou-se e começou a ter um grande valor econômico para o desenvolvimento das áreas de seu cultivo, foi tendo a necessidade de implantar um meio de transporte mais rápido e eficiente.

Foi o café que trouxe um item moderno para a época, mas que era de extrema importância para o transporte da produção, as ferrovias foram implantadas no interior do Estado de São Paulo, com o intuito de escoar a produção de café do interior paulista para o litoral do estado, onde estavam localizados os portos.

O município teve sua origem depois da implantação de uma ferrovia na região, que teve a mesma finalidade das demais ferrovias espalhadas pelo estado, que era transportar a produção da lavoura cafeeira, depois de um período também foi instalada uma estação ferroviária, e a partir disto foi originada uma vila que seria a semente implantada e daria origem ao município de Leme-SP.

A economia do município foi agrícola desde seu começo até os dias atuais, foi possível ver que sua origem foi com a lavoura cafeeira, depois da decadência desta, teve-se o algodão que trouxe muito desenvolvimento agrícola para o município e uma boa expansão na população, devido à mão de obra que veio do nordeste para trabalhar nas lavouras de algodão.

Depois da decadência do algodão, aproximadamente na década de 1980, o município começou a diversificar um pouco as culturas agrícolas, dando ênfase para a citricultura, milho, feijão e cana-de-açúcar, durante um período foi mantido este equilíbrio, porém, atualmente o município sofre com o predomínio da cana-de-açúcar, focando novamente sua economia em um único elemento.

Com a análise da população do município, percebeu-se que esta população nas últimas

quatro décadas está passando por uma transição demográfica, na qual deixa de ser uma população jovem para uma população idosa.

Na década de 1980, primeiro ano a ser feita a análise da pirâmide etária, encontra-se uma população com um grande índice de fecundidade, uma expectativa de vida baixa, com uma mínima presença de uma população idosa.

Com a análise da década de 1990, também percebemos a mesma caracterização de pirâmide presente no ano de 1980, no entanto, com uma leve diminuição na taxa de natalidade e um tímido aumento na expectativa de vida.

No ano de 2000, começa-se a perceber uma transição no comportamento populacional do município, com leves impactos, mas uma diminuição na taxa de natalidade, mostrando que o município começa a possuir características de uma população idosa.

E por final no ano de 2010 presencia-se a pirâmide etária caracterizada com a diminuição da base e um elevado aumento em seu topo, demonstrando que a população está melhorando sua qualidade de vida e com isso alcançando uma melhor expectativa de vida.

Este município teve e ainda possui sua economia baseada na agricultura, e foram as sempre culturas que predominam como fonte única, trazendo para o local uma dependência econômica do elemento agrícola.

Verifica-se a necessidade do governo do município de Leme dar mais atenção para a política de desenvolvimento do município, ampliando outros setores, como o industrial e o terciário, que possam trazer para o município uma menor dependência da agricultura como base econômica do município. O governo pode trazer novas políticas de incentivos para que novas indústrias venham instalar-se no município, intensificando um aumento no fluxo da economia e também um aumento no setor terciário.

Também seria necessária uma melhor ênfase nas suas políticas públicas para essa nova estrutura demográfica que o município apresenta. Deve-se começar a repensar em novas medidas para esta população idosa que está em crescimento, trazendo consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

Dentre as políticas públicas carecer pensar em uma implantação no sistema de mobilização comunitária, dispondo-se, em meio a outros objetivos, à manutenção do idoso na família e o seu bem estar; rever os critérios de concessão de subvenções a instituições que acolhem idosos; criação de serviços médicos especializados em senilidade, incluindo atendimento domiciliar; formação de recursos humanos para o atendimento de idosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAS, M. Panorama Geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais. Moderna, p. 488. 2000

ALVES, J. E. D. e BRUNO, M. A. P. População e crescimento econômico de longo prazo no brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica? Disponível em: <<http://ww2.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1311.pdf> >. Acessado em 10 de maio de 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ. Disponível em: <http://www.abic.com.br/scafe_historia.html#trajeto >. Acessado em: Setembro de 2012.

CAMARGO, J.F. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica, 1952.

CAMARANO, A. A. (org.), 1999. Muito Além dos 60: Os Novos Idosos Brasileiros. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CARVALHO, J. A.; GARCIA, R.A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(3):725-733, mai./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n3/15876.pdf> >. Acessado em: 16 de maio de 2013.

CASSETI, Valter. Ambiente e apropriação do relevo. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

CENTRO DE INTELIGENCIA DO CAFÉ. DISPONIVEL EM <<http://www.cicbr.org.br/cafe-historia.php> >. Acessado em maio de 2013.

CITY BRAZIL. Estado: São Paulo > Região de Limeira. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://citybrazil.com.br/sp/regioes/limeira/mapasp36.gif>> Acesso em: abril de 2013.

CHRITOFOLETTI, A. Análise de Sistemas em Geografia. São Paulo. Editora Hucitec – USP. São Paulo.

CHRITOFOLETTI, A. Geografia e Meio Ambiente no Brasil. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

COSTA, D. R. Economia brasileira de 1930 aos dias de hoje.2007. Disponível em:<http://www.ccp.uenp.edu.br/centros/d_economia/rdcosta/lvs/lv-rdc03.pdf >. Acessado em 12 de abril de 2013.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS – DATASUS. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2008/a16.pdf>>. Acessado em Julho de 2010.

FAUSTO. B. Historia do Brasil. 2. Ed. São Paulo: Editora EDUSP , 1995.

FRANCO, M.S.C. Organização social do trabalho escravo no período colonial. In: PINHEIRO, P.S., Trabalho escravo, economia e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HISTORIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em:<<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-historia.php> >. Acessado em 19 de maio de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEGRAFIA E ESTATISTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> >. Acessado em maio de 2013.

JÚNIOR, M.D. Imigração, urbanização, industrialização. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro, 1964.

LAPA, J. R. do A. A economia cafeeira. 4. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS IDOSOS. Disponível em <http://www.mpdf.gov.br/portal/index.phpoption=com_content&task=view&id=1540&Itemid=331 >. Acessado em maio de 2013

LIPIETZ, Alain. Alguns problemas da produção monopolista do espaço urbano. Espaço e Debates, nº7, São Paulo: Neru, 1982.

LOPES, L. S. Café, riqueza e famílias: Ribeirão Preto na Segunda metade do sec. XIX. Disponível em:< http://www.bbs.edu.br/apresentacaoprofessor/4_Luciana_S_Lopes.pdf >. Acessado em 10 de maio de 2013.

MATOS, O. N. A Evolução ferroviária de São Paulo e o ecodesenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Edições Arquivo do Estado. 1981.

MENEZES, R. História do ciclo do café no Vale do Paraíba de 1830 a 1930. Revista do Agronegócio do café. 25 de maio 2009 . Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?mat=21809> >. Acessado em 20 de maio de 2013.

MILLIET, S. A situação em princípios do século XX. In: MILLIET, S. Roteiro do café e outros Ensaios. São Paulo: Editora HUCITEC, 1982.

MIRA, F. C. F. A evolução do espaço geográfico campineiro e como as sociedades pensaram a cidade: dominação e segregação socioespacial. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociência, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2006.

MONBEIG, P. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. 2. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MOREIRA, M. M., 1997. Envelhecimento da População Brasileira. 1997. Tese de Doutorado, Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.ciape.org.br/matdidatico/enfermagem/envelhecimento_populacao_brasileira.doc>. Acessado em: 15 de maio de 2013.

MOREIRA, I. O espaço geográfico. Ática. p.128. 2002.

NEGRI, B. A interiorização da indústria paulista. In: A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920 - 1980). Campinas: SEP/SEADE – FECAMP/UNICAMP (Instituto de Economia), 1988. V1. N2.

NEVES, C. - A estória do café. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Café, 1974.

PLANO DIRETOR DE LEME 2006. Disponível em: <<http://www.leme.sp.gov.br/paginas/conteudo/pregao/PLANO%20DIRETOR202007.pdf>>. Acessado em maio de 2013.

Revista Você tem muitas razões para preferir Leme. São Paulo, 2007.

PROJEÇÕES POPULACIONAIS. Disponível em:
<<http://www.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>>. Acessado em abril de 2013.

SANTOS, M. A urbanização Brasileira. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, M. Por uma nova geografia nova. São Paulo, Editora Hucitec-EDUSP, 1978.

SCANTIMBURGO, J. de. O café e o desenvolvimento do Brasil. São Paulo: Edições melhoramentos, 1980.

SILVA, G. P. Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803- 1897). 2011. 358 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2011.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=17&i=P&c=794>>. Acessado em Abril de 2013.

TAUNAY, A. de E. História do café no Brasil: no Brasil Imperial 1822-1872. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939.

Casa da Agricultura de Leme,

Biblioteca Municipal de Leme “Prof. Carolina de Moura Hildebrand”

Museu Histórico “Prof. Celso Zoega de Taboas